



## Processo Eletrônico N. 18534/2025

**Órgão:** Fundação AMAZONPREV

**Natureza:** Representação

**Espécie:** Medida Cautela

**Interessados:** Secretaria-geral de Controle Externo - Secex (Representante), Fundação Amazonprev (Representado), Francisco Evilazio Pereira (Representado), Maria Neblina Maraes (Representado) e Ary Renato Vasconcelos de Souza (Representado)

**Objeto:** Representação com Pedido de Medida Cautelar Em Face do Sr. Francisco Evilázio Pereira, Diretor-presidente da Fundação Amazonprev, Sra. Maria Neblina Marães, Diretor-presidente da Fundação Amazonprev, 01/01/2024 a 03/07/2024, Sr. Ary Renato Vasconcelos de Souza, Diretor-presidente da Fundação Amazonprev, 03/07/2024 a 31/10/2024, com o Intuito de Apurar Possíveis Irregularidades nos Investimentos Realizados pela Amazonprev, Especificamente nas Aplicações Em Letras Financeiras dos Bancos Master e C6, Configurando Aparente Violação Ao Art 6º, Iv, Parágrafo Único, da Lei Federal Nº 9.717/98 Arts. 1º, §1º, 4º, 6º §§ 1º e 2º, da Resolução Cmn Nº 4.963/2021, Arts. 90, 91, Iv e V, 93, da Portaria Mtp Nº 1.467/2022

**Conselheiro Relator:** Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior

## DESPACHO Nº 1961/2025 - GP

DESPACHO DE ADMISSIBILIDADE. REPRESENTAÇÃO COM MEDIDA CAUTELAR. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. ADMISSÃO DA REPRESENTAÇÃO. REMESSA AO RELATOR

2. Tratam os autos de **Representação com Pedido de Medida Cautelar** interposto pela **Secretaria Geral de Controle Externo – SECEX** em desfavor do **Sr. Francisco Evilázio Pereira**, Diretor-Presidente da Fundação Amazonprev, **Sra. Maria Neblina Marães**, Diretor-Presidente da Fundação Amazonprev, 01/01/2024 a 03/07/2024, **Sr. Ary Renato Vasconcelos De Souza**, Diretor-Presidente da Fundação Amazonprev, 03/07/2024 a 31/10/2024, com o intuito de apurar possíveis irregularidades nos investimentos realizados pela Amazonprev, especificamente nas aplicações em letras financeiras dos bancos Master e C6, configurando aparente violação ao art 6º, IV, parágrafo único, da Lei Federal nº 9.717/98, arts. 1º, §1º, 4º, 6º §§ 1º e 2º, da Resolução CMN nº 4.963/2021, arts. 90, 91, IV e V, 93, da Portaria MTP nº 1.467/2022.

3. De acordo com a SECEX, por intermédio do o Processo SEI nº 019179/2025. tomou conhecimento acerca de possíveis irregularidades nos investimentos realizados pela Amazonprev, especificamente nas





aplicações em letras financeiras dos bancos Master e C6, apresentadas pelo Ofício nº 1366/2025-GABCMTDAN/2025.

4. Informa que o Relatório Anual de Investimentos 2024 da Amazonprev mostra uma aplicação de R\$ 50 milhões em Letras Financeiras do Banco Master S/A em junho de 2024. Entretanto esses títulos não contam com garantia do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), de modo que, após a liquidação extrajudicial do Banco Master (motivada pela “Operação Compliance Zero” da Polícia Federal), os recursos da Amazonprev ficaram na fila de credores e podem não ser recuperados.

5. Além disso, as investigações da polícia federal apuraram que, entre junho e setembro de 2024, a Amazonprev aplicou cerca de R\$ 300 milhões em títulos dos bancos digitais C6 S/A e Master, sem a necessária autorização colegiada e a forma análise de risco, em desacordo com as normas interna e a Resolução CMN nº 4.963/2021.

6. Nesse sentido, entende o Controle Externo que a suposta irregularidade apresentada constitui infração à norma legal, sendo o Processo de Representação, com pedido de medida cautelar, capaz de apurar a suposta conduta irregular do agente público.

7. Superado o relatório, manifesto-me. Primeiramente, quanto à análise dos requisitos de admissibilidade. A Representação está prevista no art. 288 da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM, sendo cabível em situações que se afirme ou requeira a apuração de ilegalidade ou má gestão pública, bem como nos casos expressos em lei, especialmente os referidos na Lei nº 14133/2021 ou Lei nº 8666/1993.

8. Isto é, a Representação é um instrumento de fiscalização e exercício do controle externo utilizado justamente para se exigir da máquina pública a investigação sobre determinados fatos que aparentemente ensejam prejuízos ao erário. Considerando que a presente Representação tem como escopo apurar suposta ilegalidade em procedimento administrativo presidido pela Administração Pública, constata-se que o caso em comento enquadra-se nas hipóteses elencadas no supracitado dispositivo.

9. Os requisitos estabelecidos, regimentalmente, para o recebimento da Representação são os seguintes:





- a) ser apresentada por qualquer pessoa, órgão, ou entidade, pública ou privada (art. 288, caput do RITCE/AM);
- b) em que se afirme ou se requeira a apuração de ilegalidade ou de má gestão pública (art. 288, caput do RITCE/AM);
- c) nos casos expressos em lei, especialmente os referidos na Lei de Licitações (art. 288, §1º, do RITCE/AM); e
- d) autuada pelo Departamento de Autuação, Estrutura e Distribuição Processual - Deap (art. 288, §2º, do RITCE/AM).

10. No que tange à legitimidade, estabelece o art. 288, caput, da mencionada Resolução, que qualquer pessoa, órgão ou entidade, pública ou privada, é parte legítima para oferecer Representação. Dessa forma, em observância aos ditames desta Corte de Contas, resta-se evidente a legitimidade do Representante para ingressar com a presente demanda.

11. Conforme narrado acima, o Representante alega suposto ato de ilegalidade por parte da Administração Pública e requer apuração por parte deste Tribunal, o que se enquadra nos motivos em que se fundam a Representação.

12. Acerca da competência do Tribunal de Contas para apreciar e deferir Medida Cautelar. Faz-se necessário salientar que, com o advento da Lei Complementar Estadual nº 114, de 23 de janeiro de 2013, que alterou a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, confirmou-se expressamente a possibilidade de análise de medidas cautelares, conforme previsão no inciso XX do art. 1º da Lei n. 2.433/1996 e do inciso XIX do art. 5º da Resolução n. 04/2002-TCE/AM.

13. Portanto, em atenção ao poder geral de cautela conferido aos Tribunais de Contas, verifica-se que esta Corte é competente para prover cautelares a fim de neutralizar situações de lesividade ao interesse público, assim, conferindo real efetividade às suas deliberações finais, conforme previsto no art. 42-B, incisos I a IV, da Lei nº 2.423/1996 (redação dada pela Lei Complementar nº 204 de 16/01/2020).





14. Tais questões devem ser apuradas pelo Relator do feito, nos moldes do art. 3º, II da Resolução nº 03/2012 TCE/AM. Pelo exposto, com fulcro na Resolução nº 03/2012 e no Regimento Interno do TCE/AM, **ADMITO A PRESENTE REPRESENTAÇÃO**, nos termos da primeira parte do art. 3º, II da Resolução nº 03/2012-TCE/AM e **DETERMINO** à **GTE-MPU** que adote as seguintes providências:

- a) **TORNAR SEM EFEITO** o **Despacho 1919/2025 – GP (fls. 19-22)** para correção de Despacho de Admissibilidade.
- b) **PUBLIQUE** o presente Despacho no Diário Oficial Eletrônico do TCE/AM, em até 24 (vinte e quatro) horas, consoante dispõe o art. 42-B, § 8º, da Lei nº 2.423/1996, observando a urgência que o caso requer;
- c) **OFICIE** os Representantes para que tomem ciência do presente Despacho, encaminhando-lhe cópia deste documento;
- d) **ENCAMINHE** os autos ao devido relator do feito, para que proceda à apreciação da Medida Cautelar, nos termos do art. 42-B da Lei nº 2.423/1996 c/c art. 3º, inciso II, da Resolução n. 03/2012-TCE/AM.

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus, 05 de dezembro de 2025.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES  
Conselheira-Presidente

